

Razões de estado-menor

A preservação da imagem institucional do Senado foi o motivo-chave alegado pelo senador Antonio Carlos Magalhães perante a Comissão de Ética, para justificar o que se configurou até agora, no mínimo, na conivência dele com a violação do painel eletrônico do Senado no dia em que Luiz Estevão foi cassado.

Invocou “razões de Estado”, mas se esqueceu de que meses antes daquele ilícito, que na visão dele poderia resultar na exposição danosa da instituição, ele mesmo dera início a um processo – ao fazer do ódio o móvel, e usar da presidência para dar visibilidade a suas brigas e agressões – que viria expor o Senado ao mais cruel dos vexames: o da desqualificação moral.

Mas Antonio Carlos Magalhães, ontem, não se esqueceu apenas de que bem antes daquele episódio já havia estabelecido de público que suas razões políticas e pessoais estavam acima de quaisquer razões de Estado. Esqueceu-se também de adaptar com mais eficácia a versão que apresentou à realidade dos fatos.

Cometeu esse lapso, por exemplo, quando garantiu, primeiro à Comissão que apagou da memória o conteúdo da lista e, depois, quando assegurou à senadora Heloísa Helena que acreditava que ela não votara efetivamente contra a cassação de Luiz Estevão.

A não ser que, na última terça-feira, dois dias antes do depoimento, estivesse fantasiando quando, diante da lista de votação que circulou na internet, atestou que o documento era falso, à medida que ia lendo nome por nome no impresso enviado por fax de seu gabinete.

– Graças a Deus, a lista está erradíssima – disse, aliviado, depois de ler mais da metade dela, a repetir por seis vezes, “é falsa”.

Ali demonstrou que, se não guardou o documento, pelo menos reteve o conteúdo inteiro na memória. Na ocasião, afirmou, como já fizera outras vezes, que a senadora do PT votara a favor de Luiz Estevão ou que, então, um senador – cujo nome não revelou, mas insinuou conhecer – estava de posse da senha dela e poderia ter-lhe modificado o voto.

É bem verdade que o depoimento apresentou contradições mais relevantes no que tange ao esclarecimento sobre a participação, ativa ou passiva, do senador Antonio Carlos na violação do painel. Fez uma exposição inicial, sóbria e econômica em detalhes, apontando incongruências tanto nas declarações de Regina Borges quanto nas do senador José Roberto Arruda. A orientação dos advogados foi evidentemente para que ele se mantivesse à distância da fraude em si, limitando sua participação ao ato de receber, ler e rasgar a lista.

Para o gesto seguinte, do acobertamento, apresentou a versão das razões de Estado. Mas, no decorrer das perguntas, não conseguiu responder a algumas que são fundamentais: ainda que não tenha ficado com a lista, por que se fez dono do destino dela, se o

proprietário do fruto da fraude era o senador Arruda? Por que aceitou a sugestão de telefonar a Regina Borges e, no lugar de censurá-la, ainda a tranquilizou para que não ficasse nervosa nem se sentisse culpada? Por que, quando o senador Arruda lhe levou a lista, não o advertiu de que havia cometido um ilícito e passou a compartilhar com ele comentários a respeito dos votos ali expostos?

Obviamente, o senador Antonio Carlos demonstrou com isso que, se tinha noção precisa da gravidade da situação, estava seguro de que jamais nada daquilo seria revelado, muito menos ele poderia ser responsabilizado. Se, como disse, percebeu que estava diante de algo tão grave que pudesse comprometer institucionalmente o Senado, o correto – ainda que não denunciasses Arruda e Regina – teria sido a convocação imediata de alguma testemunha de que ele, efetivamente, não era parte integrante da fraude.

Estaria, com isso, precavido para o futuro. Mas, não, preferiu o sigilo que é exatamente o instrumento dos que se acreditam imunes à punição.

Além de ter alterado algumas vezes o teor da conversa que teve com Regina pelo telefone no dia em que a lista foi entregue – inicialmente disse que só a tranquilizou e depois acrescentou que fez referência à incorreção do ato – ACM mudou o relato sobre o encontro que teve com Regina na casa da assessora Isabel Flexa de Lima.

Primeiro, disse que foi um encontro de “oito ou dez minutos” para tratar da perseguição que a funcionária estaria sofrendo por parte da equipe nomeada por Jader Barbalho para o Prodasen. “Falamos sobre o painel apenas de raspão.” Duas horas depois, no entanto, pressionado pelas perguntas, o senador acrescentou que chamou a atenção de Regina, censurando-a sobre a fraude do painel.

Se esta última for a versão verdadeira, fica então mais difícil de entender por que ele tranquilizou a funcionária no dia seguinte à violação e só lhe ocorreu admoestá-la quase um ano depois. E foge à compreensão também os motivos que teriam levado o senador a tratar com tanta condescendência, no crime, a mesma Regina que havia sido duramente – segundo relato dele – advertida quando cometeu falhas funcionais em duas ocasiões anteriores.

Antonio Carlos disse ontem que aceita participar de uma acareação com Regina e Arruda. Mas é preciso ver se manterá a disposição depois do depoimento de hoje do senador José Roberto Arruda que ontem disse aos poucos tucanos que lhe deram relativo apoio, que sabe que seu destino está selado pela punição máxima, mas que fará tudo para que o futuro de Antonio Carlos seja o mesmo.

ACM diz que queria preservar o Senado, mas expôs antes a instituição com suas brigas e agressões
